

República rentista exportadora

Publicamos nesta edição uma avaliação da primeira metade do mandato do Governo Lula, quando certas opções tornaram-se bem claras e não pesa tanto sobre o analista o risco de incorrer em erros nascidos da precocidade da análise. Portanto, temos agora a oportunidade de aprofundar a avaliação iniciada na *Revista Adusp* 29, de maio de 2003, que ousou emitir parecer sobre um Governo que ainda dava seus primeiros passos.

Os artigos publicados na presente edição constróem, parece-nos, uma apreciação consistente deste Governo. Em síntese, delineiam um quadro bastante negativo, não só comparativamente às expectativas frustradas de amplos setores populares e das forças de esquerda, que aguardavam sinais efetivos de mudança na economia, mas também porque o Brasil vive uma situação de agravamento das condições de vida da população — seja pela lenta mas constante redução do poder aquisitivo dos trabalhadores, seja pela incontável violência urbana, seja pelos conflitos que se multiplicam no campo, seja pela incúria do Estado na oferta de serviços públicos essenciais como saúde, educação, saneamento, prestação de justiça e outros.

Emerge, das páginas que seguem, o retrato de um Governo sustentado por uma aliança de classes que incorpora alguns sócios menores ao condomínio do poder, em especial o capital exportador, mas que continua a conceder tratamento vip ao principal beneficiário do modelo pilotado, até fins de 2002, por Pedro Malan e Fernando Henrique: o capital financeiro. Um Governo que mantém os investimentos que poderiam mudar a face do país na condição de “prisioneiros do superávit primário”: por exemplo, ao invés de destinar recursos à expansão do sistema público de ensino superior, opta por presentear as instituições privadas, por meio do ProUni; ao invés de investir maciçamente na reforma agrária, corta R\$ 2 bilhões do já magro orçamento do setor; e concede ao funcionalismo o indizível “reajuste” de 0,1%.

A reunião dos artigos de Armando Boito, Rafael Villa, Nildo Ouriques, Horacio Martins de Carvalho, Soraya Smaili, Roberto Lehrer, Lujan Bacelar e Flávio Aguiar certamente constitui-se em contribuição de fôlego ao processo de reflexão das forças políticas e sociais empenhadas na luta pela transformação da realidade brasileira, que se encontram diante de um emaranhado de dilemas e incertezas.

Abertura dos arquivos

O fato de a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal haver levado a sério as novas denúncias de torturas e fuzilamentos praticados pelas Forças Armadas na Guerrilha do Araguaia, na primeira metade da década de 1970, e dado início a uma investigação sobre o assunto, é auspicioso diante da vergonhosa posição do Governo Lula a respeito do tema mais amplo do acerto de contas com a Ditadura Militar.

Capaz de pedir emocionado perdão aos africanos pela odiosa escravidão iniciada e mantida pela Coroa portuguesa, o Presidente demonstra frieza e desinteresse quando se trata de reparar os crimes cometidos pela Ditadura. Mesmo amparado por decisões judiciais, o Governo tratou, ao contrário, de contestá-las.

Há razões de sobra, assim, para retornarmos à questão da Ditadura, extensivamente abordada na edição anterior, mas que recebe aqui aportes novos e (acreditamos) relevantes. Revisitamos o caso Alexandre Vannucchi Leme, corrigindo assim uma lacuna da edição 33. Incluímos, entre as matérias deste bloco, dois artigos, de autoria dos professores Marcos Silva e Celso Ramos Filho, originalmente destinados a uma edição temática, que não se viabilizou, da revista *Entre Passado e Futuro*, organizada por historiadores ligados à FFLCH-USP.

O primeiro faz uma equilibrada resenha crítica do livro inicial da famosa série de Élio Gaspari sobre o regime militar, *A Ditadura Envergonhada*. O segundo traça um paralelo entre as trajetórias de duas instituições envolvidas na preparação do golpe de março de 1964: o jornal *O Estado de S. Paulo* e a Escola Superior de Guerra.